



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI**

**CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Alvorada/TO.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 33.897,24 (trinta e três mil e oitocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos).

**APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:** No dia 31 de Janeiro de 2025, das 08h00min às 16h00min. Através do e-mail [licitacoesma.2025@outlook](mailto:licitacoesma.2025@outlook)

**FASE DE LANCE:** Não haverá lance, somente propostas.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Exclusivo à participação de microempresas-ME, empresas de pequeno porte-EPP e microempendedor individual – MEI.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA..... 3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA . ..... 3
3. DO ENVIO DA PROPOSTA ..... 6
4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS ..... 8
5. HABILITAÇÃO.....11
6. CONTRATAÇÃO .....14
7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS....Erro! Indicador não definido.
8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... Erro! Indicador não definido.





# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI**

A Câmara Municipal de Alvorada/TO, através do seu Presidente, torna público que realizará a Dispensa para, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Recebimento das Proposta de Preços:** No dia 31 de Janeiro de 2025 das 08:00 horas às 16:00 horas.

**Fase de Lances:** Não haverá fase de lances.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por item

**Envio das Propostas:** A proposta deverá ser enviadas através do e-mail – [licitacoesma.2025@outlook](mailto:licitacoesma.2025@outlook).

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**1.2.** O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO**.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço por item observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA**

**2.1.** A participação na presente dispensa ocorrerá por meio do protocolo das propostas e documentos de habilitação através do e-mail – [licitacoesma.2025@outlook.com](mailto:licitacoesma.2025@outlook.com), após o horário determinado neste aviso de dispensa, todas as propostas protocoladas, serão disponível no Portal



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

da transparência da Câmara Municipal de Alvorada/TO, no endereço eletrônico <https://alvorada.to.leg.br/>

**2.2.** Este procedimento de dispensa é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**2.3.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.4.** Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

**2.4.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.4.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.4.3.** Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.4.4.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.4.5.** O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

**2.4.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**2.4.7.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.4.8.** Para a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

**2.4.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **3. DO ENVIO DA PROPOSTA:**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**3.1.** O envio da proposta da dispensa ocorrerá por meio do e-mail [licitacoesma.2025@outlook](mailto:licitacoesma.2025@outlook).

**3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto e o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.2.1.** O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**3.2.2.** Não será admitida a previsão de preços diferentes.

**3.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

**3.5.** A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.6.** Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.7.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.8.** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

**3.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.10.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**3.11.** No envio da proposta o fornecedor deverá apresentar às seguintes declarações:

**3.11.1.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos e que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**3.11.2.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.11.3.** O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.11.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.11.5.** Na falta de qualquer declaração a empresa será considerada DESCLASSIFICADA.

## **4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**4.1.** Encerrada o horário de recebimento das propostas, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, a agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

**4.2.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

Administração.

**4.3.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

**4.4.** Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

**4.5.** Encerrada a etapa de análise da proposta, a agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**4.5.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**4.6.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**4.6.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**4.6.2.** Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**4.6.3.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**4.6.4.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**4.6.5.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**4.6.6.** Verificadas as condições de participação, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

**4.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**4.7.1.** contiver vícios insanáveis;

**4.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**4.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**4.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**4.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**4.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:**

**4.8.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**4.8.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## 5. HABILITAÇÃO

**5.1.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação (certidões negativas fiscais e trabalhistas) e encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**5.2.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**5.3.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**5.4.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**5.5.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **5.6. Habilitação Jurídica:**

**a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**g) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**5.6.1** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**5.6.2** Deverão vir acompanhados documentos pessoais com foto de todos os sócios/diretores entre outros que comprovem a participação na empresa.

**5.6.3.** Certidão Simplificada vigente. A certidão simplificada para este edital tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, após emissão.

**5.6.4.** O não atendimento do disposto no item 18.20 implicará renúncia ao direito de fruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, na presente Aviso de Dispensa.

**5.6.5.** A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão/Declaração da Junta Comercial.

## **5.7. Habilitação Fiscal, Trabalhista e Social:**

**a)** Comprovante de regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e na Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**b)** Comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**c)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, salvo nas exceções previstas no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**d)** Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho;



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

e) Comprovações de inscrição no cadastro de contribuintes e Estadual, Distrital ou Municipal relativo a sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso a prestadora de serviços seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva da sua sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**5.8. Qualificação Econômico-Financeira:** Será comprovada mediante apresentação de Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa, em cumprimento ao disposto constante no art.69,II, da Lei nº 14.133/21.

## **6. CONTRATAÇÃO**

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2.O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

## **7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a Contratada que:**

**7.1.2.** Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**7.1.3.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**7.1.4.** Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

**7.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

**7.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**7.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**7.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**7.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:**

**7.2.1** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**7.2.2.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

**7.2.3.** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**7.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**7.2.5.** Impedimento de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos;

**7.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**7.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:**

**7.3.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**7.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**7.3.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**7.3.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**7.3.5.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1.**No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**8.2.**republicar o presente aviso com uma nova data;

**8.3.**valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**8.4.**No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**8.5.**fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**8.6.** As providências dos subitens 8.2 e 8.3. também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**8.7.**Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**8.8.**Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.9.**Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**8.9.**Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio da proposta observarão o horário de Brasília-DF.

**8.10.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.11.**As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da economicidade das propostas, desde que não comprometam o interesse da Administração,



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**8.12.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**8.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**8.14.** Da sessão pública será divulgada Ata no Portal da Câmara Municipal de Alvorada/TO.

**8.15.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**8.15.1. ANEXO I** – Termo de Referência;

**8.15.2. ANEXO II** - Estudo Técnico Preliminar

**8.15.3. ANEXO III** – Minuta do termo de contrato;

**8.15.4. ANEXO IV** – Modelo Proposta;

**8.15.5. ANEXO V** – Modelo de declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos e atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**8.15.6. ANEXO VI** – Modelo de Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**8.15.7. ANEXO VII** – Modelo de Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. (somente para fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa).

**8.15.8. ANEXO VIII** – Modelo de Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021. (somente para o fornecedor organizado em cooperativa).

Alvorada/TO, 27 de Janeiro de 2025.

**DHEYMESCLEY DUARTE DE SOUZA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

### CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS MÍNIMOS E ESTIMATIVA DE PREÇOS

#### **DEMANDANTE:**

Câmara Municipal de Alvorada/TO.

Responsável: Douglas Mengoni da Silva

Telefone: (63) 3353-1306

#### **1.OBJETO**

**1.2.** O presente termo de referência tem por objeto a dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO.**

#### **2.DA JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO. A presente contratação visa, através do jornal de grande circulação dar ampla divulgação aos atos oficiais, editais de contratação, avisos de licitações e extrato de contrato da Câmara Municipal, assegurando por sua vez a transparência e a competitividade dos processos licitatórios e dos demais atos oficiais da Casa legislativa.

**2.2.** A necessidade de contratação de empresa para a realização de serviços de publicação em jornal de grande circulação para a divulgação de atos institucionais se dar em razão da imposição legal dada pela Lei nº 14.133/21, que dispõe:



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

*Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).*

*§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.*

**2.3.** Diante da imposição legal a ausência da presente contratação implicará em prejuízo das atividades da Câmara Municipal, pois, caracteriza o descumprimento do preceito legal já estabelecido que por sua vez trará nulidades aos atos licitatórios, comprometendo as atribuições legislativas do órgão.

**2.4.** A publicação em jornais de grande circulação consiste em dar maior alcance e visibilidade aos atos da Casa de leis, e nos casos de procedimentos licitatórios viabiliza um grande número de licitantes interessados aumentando por sua vez as propostas a serem recebidas pela Administração pública, e, assim ampliando a competitividade e a vantajosidades das contratações públicas.

**2.5.** A ampla divulgação dos atos institucionais da Câmara Municipal, promove a transparência das ações e permite que a sociedade exerça o controle social sob os atos praticados e as contratações públicas vigentes e vindouras.

**2.6.** Conclui-se que a transparência das ações da Câmara Municipal de Alvorada está embasada sob a ótica da Lei de Licitações, corroborada com o princípio da legalidade, publicidade, celeridade e eficiência nos atos de interesse público.

### **3. FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1.** A contratação do objeto através do processo de dispensa encontra-se amparo legal no artigo 75, da Lei nº 14.133/21, que dispõe:

*Art. 75. É dispensável a licitação: (...)*

*§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:*

*(...)*

*II – o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza,*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

*entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.*

**3.2.** De acordo com o art.75, I e II da lei supramencionada, as dispensas por valor deverão ser preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo o prazo de três dias úteis, com as especificações do objeto pretendido e com a intenção da Administração pública em receber propostas, devendo ser aceita a mais vantajosa dentre as demais., conforme preceitua a Instrução Normativa -SEGES/ME 67/2021.

**3.3.** As atualizações de valores serão conforme o Decreto nº 12343/2024.

## 4. DOS QUANTITATIVOS E CUSTO ESTIMADO

**1.1.** Dos quantitativos e custo estimado, segue em anexo a pesquisa de preços realizada para a presente contratação. Vejamos:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	12	MÊS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO.	R\$ 2.824,77	R\$ 33.897,24

Diante dos valores, conclui-se que o valor estimado da presente contratação é no total de R\$ 33.897,24 (trinta e três mil e oitocentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), sendo o valor unitário mensal é de R\$ 2.824,77 (dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos).

## 5. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**5.1.** A contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO.

**5.2.** O serviço de publicação deverá ser realizado em jornal de grande circulação nacional ou regional, conforme a necessidade do órgão licitante, garantindo ampla visibilidade aos avisos e resultados das licitações.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**5.3.** As publicações deverão ser feitas na seção de avisos legais ou equivalentes do jornal, em formato de coluna com largura padrão, com os textos claramente legíveis e sem alterações que comprometam a integridade e o entendimento das informações.

**5.4.** A empresa contratada será responsável por garantir a inserção dos anúncios nas datas e prazos estipulados pela entidade licitante, comprovando a publicação por meio de exemplares do jornal ou certidões de publicação eletrônica, que deverão ser entregues à entidade licitante em até 02 (dois) dias úteis após a publicação.

**5.5.** Além das publicações impressas ou eletrônicas, a empresa deverá disponibilizar as versões digitais das publicações, acessíveis através do site do jornal. Essas versões devem permanecer disponíveis pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, garantindo o acesso público e permanente às informações.

**5.6.** A empresa deverá assegurar que todas as publicações estejam em conformidade com as normas legais e editoriais aplicáveis, bem como com as especificações técnicas fornecidas pela entidade licitante, incluindo, mas não se limitando a, tamanho da fonte, tipo de fonte e espaçamento entre linhas.

**5.7.** O contrato com a empresa jornalística incluirá cláusulas de penalidade para casos de não cumprimento dos termos estabelecidos, especialmente relacionados a prazos e qualidade das publicações.

**5.8.** A empresa contratada deverá fornecer um relatório mensal de todas as publicações realizadas, detalhando as datas de publicação, as seções do jornal onde foram publicadas, e o cumprimento dos prazos contratados. Essas diretrizes garantem que o serviço de publicação atenda às necessidades de transparência e legalidade da entidade licitante, assegurando que todas as partes interessadas tenham acesso equitativo às informações das licitações. Observância dos princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**5.3.** A contratação classifica-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, Lei n.14.133/2021);

**5.4.** A contratação de publicidade dos avisos e/ou extratos de licitação se configura de natureza contínua, posto que as demandas realizadas pela Câmara Municipal de Alvorada/TO, advêm de procedimento licitatório e de dispensa de licitação (Art. 6º, XV, Lei n.14.133/2021).



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **6. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **7. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO:**

**7.1.** O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da pessoa jurídica, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias, a contar do atesto pelos servidores responsáveis pelo recebimento, designado pela Contratante, quando mantidas as mesmas condições iniciais da proposta e caso não haja fato impeditivo, devendo apresentar ainda:

**7.2.** Certidão Negativa Federal;

**7.3.** Certidão Negativa Estadual;

**7.4.** Certidão Negativa Municipal;

**7.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**7.6.** Nota Fiscal em conformidade com a proposta apresentada e nota de empenho encaminhada à Contratante;

**7.7.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais e/ou tributários devidos ficarão exclusivamente a cargo da empresa Contratada, não podendo gerar qualquer ônus ou corresponsabilidade para Câmara Municipal de Alvorada/TO.

## **8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para a realização da contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.5.** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.6.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação (certidões negativas fiscais e trabalhistas) e encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**8.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.8.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.10.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**8.11. Habilitação Jurídica:**

**a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil,  
AV. ANA MARIA DE JESUS, S/Nº - CENTRO | CEP: 77480-000 | ALVORADA-TO  
CNPJ: 25.043.332/0001-84 | TELEFONE: (63) 3353-1306 | EMAIL: alvoradacamara@hotmail.com



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**g) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.11.1** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.11.2** Deverão vir acompanhados documentos pessoais com foto de todos os sócios/diretores entre outros que comprovem a participação na empresa.

**8.11.3.** Certidão Simplificada vigente. A certidão simplificada para este edital tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, após emissão.

**8.11.4.** O não atendimento do disposto no item 18.20 implicará renúncia ao direito de fruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, na presente Aviso de Dispensa.

**8.11.5.** A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão/Declaração da Junta Comercial.

## **8.12. Habilitação Fiscal, Trabalhista e Social:**

**a)** Comprovante de regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e na Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**b)** Comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**AV. ANA MARIA DE JESUS, S/Nº - CENTRO | CEP: 77480-000 | ALVORADA-TO**  
**CNPJ: 25.043.332/0001-84 | TELEFONE: (63) 3353-1306 | EMAIL: alvoradacamara@hotmail.com**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

- c) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, salvo nas exceções previstas no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho;
- e) Comprovações de inscrição no cadastro de contribuintes e Estadual, Distrital ou Municipal relativo a sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso a prestadora de serviços seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva da sua sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.13. Qualificação Econômico-Financeira:** Será comprovada mediante apresentação de Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa, em cumprimento ao disposto constante no art.69,II, da Lei nº 14.133/21.

**8.14. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Atestado de capacidade técnica compatível ao objeto, deverá ter comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com a instalação e configuração do Sistema de segurança mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1.** Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização.
- 9.2.** Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim.
- 9.3.** Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e exigir as devidas providências que demandem do CONTRATADO.
- 9.4.** Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.
- 9.5.** Atestar a execução da prestação dos serviços efetivamente realizada e conforme as especificações técnicas dos serviços.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços contratados valendo-se das melhores técnicas, zelo e ética, com garantia e qualidade, atendendo as especificações ou termos de referências, fornecidos pela Contratante, complementado com a proposta apresentada, e entregá-los totalmente concluídos.

**10.2.** Realizar atendimentos presenciais e à distância, via telefone, e-mail ou qualquer outro modo de comunicação ou tecnológico.

**10.3.** Os serviços deverão estar disponíveis para amplo acesso da equipe de compras da Câmara Municipal no prazo de até 02 (dois) dias após o recebimento da ordem de serviço, sendo que nesse prazo já deverá ter ocorrido o regular treinamento dos cadastrados para utilização do sistema.

**10.4.** Durante toda a contratação a contratada deverá oferecer suporte técnico e treinamento on-line (chat, e-mail, whatsapp e telefone) ilimitados.

**10.5.** Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade, apresentando relatórios de suas atividades, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

**10.6.** Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.

**10.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.8.** Responsabilizar-se pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento efetuado pela CONTRATANTE.

**10.9.** Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do fornecimento de mão de obra, pagamentos de seguros, tributos, encargos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a Contratada que:**

**11.1.2.** Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**11.1.3.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**11.1.4.** Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

**11.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

**11.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**11.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:**

**11.2.1.** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**11.2.2.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

**11.2.3.** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**11.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**11.2.5.** Impedimento de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos;

**11.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:**

**11.3.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**11.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**11.3.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**11.3.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**11.3.5.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

## **12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1.** Após a finalização dos trâmites para a Contratação da empresa, a Administração procederá com a contratação, por intermédio de instrumento Contratual;

**12.2.** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo, a critério das partes, ser prorrogado até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021;

**12.3.** O contrato a ser firmado em decorrência deste Termo poderá ser extinto a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 137, e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **13. DO REAJUSTE**

**13.1.** Será admitido o reajuste do valor, conforme o Decreto nº 12343/2024. .

## **14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** A fiscalização e acompanhamento da contratação, será efetuada por servidor(a) representante da Contratada, por ele devidamente designado mediante Ato Administrativo próprio, de acordo com as condições constantes neste Termo, observando-se no que couber ao fiscal, às obrigações elencadas neste Termo de Referência, bem como as disposições do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**14.2.** Representante designado pela Administração deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**14.3.** A Fiscalização exercida por interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa Contratada, durante a vigência do Contrato, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus servidores conforme art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;

## **15. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS**

**15.1.** O método de levantamento de preços foi utilizado a média das cotações feitas no Sistema Fonte de Preços, obedecendo a IN 065/2021 e a Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16. DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA CONTRATAÇÃO**

AV. ANA MARIA DE JESUS, S/Nº - CENTRO | CEP: 77480-000 | ALVORADA-TO  
CNPJ: 25.043.332/0001-84 | TELEFONE: (63) 3353-1306 | EMAIL: alvoradacamara@hotmail.com



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**16.1.** As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por recursos da Câmara Municipal de Alvorada/TO, através da dotação:

01.031.0001.2003 – Manutenção de atividades administrativa da Câmara Municipal

Natureza de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.000 outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte 15000000000000- Recursos Próprios

## **17. DA RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA (IR)**

**17.1.** Será retido o imposto de renda, conforme determina Decreto Federal nº 005/2023.

## **18. CONDIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas diretamente na Secretaria de Administração e Finanças.

**Aprovo o presente Termo de Referência.**

Alvorada/TO, 27 de janeiro de 2025.

**DOUGLAS MENGONI DA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Alvorada/TO.





# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## VALIDAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente Termo de Referência tendo em vista que o mesmo foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda da Câmara Municipal de Alvorada/TO.

Alvorada/TO, 27 de janeiro de 2025.





# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP E  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI**

## **ANEXO II**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE**

**1.1. UNIDADE ADMINISTRATIVA: CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO**

**1.2. UNIDADE SOLICITANTE: DOUGLAS MENGONI DA SILVA**

#### **2. INTRODUÇÃO**

**2.1.** O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação da solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

**2.2.** O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO. A presente contratação visa, através do jornal de grande circulação dar ampla divulgação aos atos oficiais, editais de contratação, avisos de licitações e extrato de contrato da Câmara Municipal, assegurando por sua vez a transparência e a competitividade dos processos licitatórios e dos demais atos oficiais da Casa legislativa.

**3.2** A necessidade de contratação de empresa para a realização de serviços de publicação em jornal de grande circulação para a divulgação de atos institucionais se dar em razão da imposição legal dada pela Lei nº 14.133/21, que dispõe:

*Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).*

*§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do*



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

*Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles,  
bem como em jornal diário de grande circulação.*

**3.3** Diante da imposição legal a ausência da presente contratação implicará em prejuízo das atividades da Câmara Municipal, pois, caracteriza o descumprimento do preceito legal já estabelecido, que por sua vez trará nulidades aos atos licitatórios, comprometendo as atribuições legislativas do órgão.

**3.4** A publicação em jornais de grande circulação consiste em dar maior alcance e visibilidade aos atos da Casa de leis, e nos casos de procedimentos licitatórios viabiliza um grande número de licitantes interessados aumentando por sua vez as propostas a serem recebidas pela Administração pública, e, assim ampliando a competitividade e a vantagens das contratações públicas.

**3.5** A ampla divulgação dos atos institucionais da Câmara Municipal, promove a transparência das ações e permite que a sociedade exerça o controle social sob os atos praticados e as contratações públicas vigentes e vindouras.

**3.6** Conclui-se que a transparência das ações da Câmara Municipal de Alvorada está embasada sob a ótica da Lei de Licitações, corroborada com o princípio da legalidade, publicidade, celeridade e eficiência nos atos de interesse público.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Trata -se de contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO;

**4.2.**A contratada deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, social, técnica e econômico financeira, previstos na Lei nº 14133/2021.

**4.3.** A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do instrumento contractual.

### **4.4 Requisitos Obrigacionais:**

- a) Cumprimento integral das cláusulas contratuais e dos prazos estabelecidos;
- b) O serviço de publicação deverá ser realizado em jornal de grande circulação nacional ou regional, conforme a necessidade do órgão licitante, garantindo ampla visibilidade aos resultados das licitações dentre outros atos institucionais.
- c) As publicações deverão ser feitas na seção de avisos legais ou equivalentes do jornal, em formato de coluna com largura padrão, com os textos claramente legíveis e sem alterações que comprometam a integridade e o entendimento das informações.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

- d) A empresa contratada será responsável por garantir a inserção dos anúncios nas datas e prazos estipulados pela entidade licitante, comprovando a publicação por meio de exemplares do jornal ou certidões de publicação eletrônica, que deverão ser entregues à entidade licitante em **até 02 (três) dias úteis** após a publicação.
- e) Além das publicações impressas ou eletrônicas, a empresa deverá disponibilizar as versões digitais das publicações, acessíveis através do site do jornal. Essas versões devem permanecer disponíveis pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, garantindo o acesso público e permanente às informações.
- f) A empresa deverá assegurar que todas as publicações estejam em conformidade com as normas legais e editoriais aplicáveis, bem como com as especificações técnicas fornecidas pela entidade licitante, incluindo, mas não se limitando a, tamanho da fonte, tipo de fonte e espaçamento entre linhas.
- g) O contrato com a empresa jornalística incluirá cláusulas de penalidade para casos de não cumprimento dos termos estabelecidos, especialmente relacionados a prazos e qualidade das publicações.
- h) A empresa contratada deverá fornecer um relatório mensal de todas as publicações realizadas, detalhando as datas de publicação, as seções do jornal onde foram publicadas, e o cumprimento dos prazos contratados. Essas diretrizes garantem que o serviço de publicação atenda às necessidades de transparência e legalidade da entidade licitante, assegurando que todas as partes interessadas tenham acesso equitativo às informações das licitações Observância dos princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**5.1.** A estimativa da quantidade se deu em função da utilização provável dos serviços, onde restou constatado que por se tratar de prestação de serviços contínuo, a contratação por 12 (doze) meses se mostra a solução mais adequada. Assim, o quantitativo a ser contratado é o que se encontra no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/ DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT	UNID
------	-------------------------------------	-------	------



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA  
PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS  
1 INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA 12 MÊS  
ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE ALVORADA/TO.

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**6.1.** A metodologia de levantamento de mercado consiste na exploração de alternativas para a contratação de empresa para a realização de publicações, considerando a necessidade de tornar os atos e procedimentos visíveis e acessíveis à população. São eles:

**a) Pubblicidade em mídias alternativas (radio, televisão, panfletos outdoors):** Essas alternativas permitem um alcance suplementar e diversifica a estratégia de publicidade afim de atingir os mais variados segmentos de pessoas.

**b) Anúncios em eventos locais e/ou regionais:** A publicidade realizada em feiras ou em eventos municipais, atinge o público-alvo daquele local e que de certa forma, restringe a competitividade do processo licitatório.

**c) Convênio com instituições locais:** Tal publicidade permite a colaboração em iniciativas de divulgação que alcancem um público amplo e angajado.

**d) Jornal de grande circulação e visibilidade:** Esse tipo de publicidade oferece uma gama de vantagens. Tendo em vista que, os jornais de grande circulação possui um alcance massivo e abrangente, atingindo leitores de toda a região, o que permite que as publicações realizadas seja disseminada de forma eficaz e impactante. E, diante das diversas vantagens oferecidas pela contratação de jornais de grande circulação, o mesmo é exigido pela Lei nº 14.133/21 e, além disso o jornal possui credibilidade já estabelecida junto ao público, o que permite maior confiabilidade às informações divulgadas.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

**7.1** A Lei de Licitações determina a publicação de extratos de editais, avisos dentre outros avisos de licitações em jornais de grande circulação. Assim, a solução proposta é a contratação de empresa especializada para a realização de tais publicações com a finalidade de dar cumprimento integral as determinações legais.

**7.2** Esta contratação visa atender amplamente o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

7.3 A presente contratação visa atender aplicar os princípios da legalidade em consonância com a economicidade e eficiência nos atos da Administração Pública.

7.4. Em hipóteses de descumprimento das cláusulas contratuais, será aplicada as penalidades previstas na legislação.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O método adotado para estimativa de preços foi pelo Sistema fonte de Preços, obedecendo sistematicamente a Instrução Normativa-SEGES/ME 65/2021, que estabelece que os preços devem estar atualizados no momento da pesquisa; deverá ter intervalo de até seis meses de antecedência da data da divulgação do edital; as pesquisas devem ter a data e a hora de acesso.

8.2. Vejamos as cotações realizadas:

Jornal  
Pesquisa iniciada no dia 25/01/2025 23:00  
IP: 138.219.101.165



Fonte de Preços  
PRATICIDADE EM COTAÇÕES PÚBLICAS

Câmara Municipal de Alvorada - TO  
CNPJ: 25.043.332/0001-84  
Responsável: Amilton Pereira de Souza  
Matricula: -

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos  
Preço calculado com base na média aritmética dos preços obtidos para aquele determinado item.  
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
Publicação, impressão de jornal / revista / livro	3	R\$ 2.824,77	1,00 / ME	R\$ 2.824,77
Órgão/Empresa/Site: EES - HOSPITAL ADAUTO BOTELHO - ES EES - HOSPITAL ...				
Razão Social do Fornecedor				
1	EL OAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI			11.779.005/0001-80
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
ComprasGov BR	GOVBR-1900149250245	1,00	30/09/2024 - 17:27:00	R\$ 3.470,00
Órgão/Empresa/Site: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ CONSELHO R...				
Razão Social do Fornecedor				
2	PHABRICA DE PRODUCOES SERVICOS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA			00.662.315/0001-02
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
ComprasGov BR	GOVBR-1900343835186	1,00	01/10/2024 - 17:52:00	R\$ 2.204,32
Órgão/Empresa/Site: BATALHAO NAVAL BATALHAO NAVAL				
Razão Social do Fornecedor				
3	QUITERIENSE SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS LTDA			07.547.163/0001-38
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
ComprasGov BR	GOVBR-34900007010000	3,00	27/08/2024 - 14:10:00	R\$ 2.824,77
Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 2.824,77				

8.3. De acordo com as cotações exploradas nota-se o valor unitário de R\$ 2.824,77 (Dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos).

## 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1. Não haverá parcelamento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **10. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

**10.1.** A contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO, informando-lhe que existe o seguinte crédito orçamentário específico para a realização de tal despesa:

01.031.0001.2003 – Manutenção de atividades administrativa da Câmara Municipal

Natureza de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.000 outros serviços de terceiros – Pessoa Juridica

Fonte 15000000000000- Recursos Próprios

## **11. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO.**

**11.1** O poder legislativo pretende com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e confiabilidade de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

## **12. ADEQUAÇÃO NECESSÁRIA PRÉVIA A CONTRATAÇÃO (se for o caso)**

**12.1.** Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta contratação.

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ OU INTERDEPENDENTES.**

**13.1.** Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## **14. DESCRIÇÃO DE IMPACTOS POSSÍVEIS AMBIENTAIS**

**14.1.** Em face do princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável, as publicações serão realizadas por meio digital, afim de contribuir para o desenvolvimento economicamente sustentável e garantir a amplitude das publicações zelando pelo o meio ambiente.

**14.2** A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e as condições sustentáveis envolvidos na execução do objeto contratual.

## **15. CONCLUSÃO**

**15.1.** Através do estudo técnico preliminar evidência que a contratação do sistema Fonte de Preços para utilização de ferramenta de pesquisa de preços praticados nas compras públicas da Câmara Municipal de Alvorada, durante o ano de 2025, representa a promoção de uma gestão pública transparente, eficiente e responsável, pois a pesquisa de preço ofertada pelo sistema é de compras realizadas em órgãos públicos. Que, visa garantir a confiabilidade dos processos de compras,



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

trazendo por sua vez eficiência na gestão de compras permitindo a comparação de valores praticados por diversos fornecedores e melhores condições, favorecendo para que o gestor tenha decisões assertivas otimizando os recursos públicos. Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida.

Alvorada/TO, 27 de janeiro de 2025.

**Responsável Técnico:**

**MIKAEL SILVÉRIO BARROS**

**Aprovado por:**

**DOUGLAS MENGONI DA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Alvorada/TO.





# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO**

## ANEXO III

**MINUTA DO CONTRATO DE DISPENSA N° XXX/20XX**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° XXXXXXXX/2025**

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO, ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA XXXXXXXXXX REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO, ESTADO DO TOCANTINS, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 25.043.332/0001-84, situada na Av. Ana Maria de Jesus, centro, Alvorada, estado do Tocantins, CEP n° 77.480-000, por seu presidente em exercício, Sr° **DOUGLAS MENGONI DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n° xxx, SSP/TO e inscrito no CPF n° xxxxxxxx, residente e domiciliado na sede desta Municipalidade, CEP: 77.480-000, Fone: (63) 3353-1306, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, regularmente registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins sobre o XXXXXXXXX em XXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX0, na cidade de XXXXXXXXXXXX, neste ato representado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CPF sob n° XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, conforme o Processo Administrativo n° XXXXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n° 002/2025,

**AV. ANA MARIA DE JESUS, S/N° - CENTRO | CEP: 77480-000 | ALVORADA-TO**  
**CNPJ: 25.043.332/0001-84 | TELEFONE: (63) 3353-1306 | EMAIL: alvoradacamara@hotmail.com**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O presente termo de referência tem por objeto a dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.** O termo de referência;

**1.4.** A Proposta do contratado; e

**1.5.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS QUANTITATIVOS DO OBJETO**

**2.1.** Segue abaixo quantitativos contratados:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	12	MÊS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO.	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

Valor total do contrato é R\$ XXXXX(XXXXXXXXXXXXXXXX).

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** A empresa contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO.

**3.2.** O serviço de publicação deverá ser realizado em jornal de grande circulação nacional ou regional, conforme a necessidade do órgão licitante, garantindo ampla visibilidade aos aviso se resultados das licitações.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**3.3.** As publicações deverão ser feitas na seção de avisos legais ou equivalentes do jornal, em formato de coluna com largura padrão, com os textos claramente legíveis e sem alterações que comprometam a integridade e o entendimento das informações.

**3.4.** A empresa contratada será responsável por garantir a inserção dos anúncios nas datas e prazos estipulados pela entidade licitante, comprovando a publicação por meio de exemplares do jornal ou certidões de publicação eletrônica, que deverão ser entregues à entidade licitante em até 02 (dois) dias úteis após a publicação.

**3.5.** Além das publicações impressas ou eletrônicas, a empresa deverá disponibilizar as versões digitais das publicações, acessíveis através do site do jornal. Essas versões devem permanecer disponíveis pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, garantindo o acesso público e permanente às informações.

**3.6.** A empresa deverá assegurar que todas as publicações estejam em conformidade com as normas legais e editoriais aplicáveis, bem como com as especificações técnicas fornecidas pela entidade licitante, incluindo, mas não se limitando a, tamanho da fonte, tipo de fonte e espaçamento entre linhas.

**3.7.** O contrato com a empresa jornalística incluirá cláusulas de penalidade para casos de não cumprimento dos termos estabelecidos, especialmente relacionados a prazos e qualidade das publicações.

**3.8.** A empresa contratada deverá fornecer um relatório mensal de todas as publicações realizadas, detalhando as datas de publicação, as seções do jornal onde foram publicadas, e o cumprimento dos prazos contratados. Essas diretrizes garantem que o serviço de publicação atenda às necessidades de transparência e legalidade da entidade licitante, assegurando que todas as partes interessadas tenham acesso equitativo às informações das licitações. Observância dos princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**3.9.** A contratação classifica-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, Lei n.14.133/2021);

**3.10.** A contratação de publicidade dos avisos e/ou extratos de licitação se configura de natureza contínua, posto que as demandas realizadas pela Câmara Municipal de Alvorada/TO, advêm de procedimento licitatório e de dispensa de licitação (Art. 6º, XV, Lei n.14.133/2021).



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**4.1.** A dispensa de licitação está fundamentada no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Atualização de valores através do Decreto Federal nº 12354, de 30 de dezembro de 2024.

## **5. CLÁUSULA QUINTA- VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, prorrogável, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO:**

**6.1.** O pagamento será mensalmente efetuado mediante crédito em conta corrente da pessoa jurídica, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias, a contar do atesto pelos servidores responsáveis pelo recebimento, designado pela Contratante, quando mantidas as mesmas condições iniciais da proposta e caso não haja fato impeditivo, devendo apresentar ainda:

**6.2.** Certidão Negativa Federal;

**6.3.** Certidão Negativa Estadual;

**6.4.** Certidão Negativa Municipal;

**6.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**6.6.** Nota Fiscal em conformidade com a proposta apresentada e nota de empenho encaminhada à Contratante;

**6.7.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais e/ou tributários devidos ficarão exclusivamente a cargo da empresa Contratada, não podendo gerar qualquer ônus ou corresponsabilidade para Câmara Municipal de Alvorada/TO.

## **7. CLÁUSULA DÉCIMA - DA LIQUIDAÇÃO**

**7.1.** Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**7.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.4.** o prazo de validade;

**7.5.** a data da emissão;

**7.6.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.7.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.8.** o valor a pagar; e

**7.9.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.11.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

## **8. CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização.

**8.2.** Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim.

**8.3.** Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e exigir as devidas providências que demandem do CONTRATADO.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**8.4.** Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

**8.5.** Atestar a execução da prestação dos serviços efetivamente realizada e conforme as especificações técnicas dos serviços.

## **9. CLAÚSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Executar os serviços contratados valendo-se das melhores técnicas, zelo e ética, com garantia e qualidade, atendendo as especificações ou termos de referências, fornecidos pela Contratante, complementado com a proposta apresentada, e entregá-los totalmente concluídos.

**9.2.** Realizar atendimentos presenciais e à distância, via telefone, e-mail ou qualquer outro modo de comunicação ou tecnológico.

**9.3.** Os serviços deverão estar disponíveis para amplo acesso da equipe de compras da Câmara Municipal no prazo de até 02 (dois) dias após o recebimento da ordem de serviço, sendo que nesse prazo já deverá ter ocorrido o regular treinamento dos cadastrados para utilização do sistema.

**9.4.** Durante toda a contratação a contratada deverá oferecer suporte técnico e treinamento on-line (chat, e-mail, whatsapp e telefone) ilimitados.

**9.5.** Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade, apresentando relatórios de suas atividades, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

**9.6.** Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.

**9.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**9.8.** Responsabilizar-se pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento efetuado pela CONTRATANTE.

**9.9.** Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do fornecimento de mão de obra, pagamentos de seguros, tributos, encargos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a Contratada que:



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**10.1.2.** Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**10.1.3.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.1.4.** Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

**10.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

**10.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**10.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:**

**10.2.1.** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**10.2.2.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

**10.2.3.** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**10.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**10.2.5.** Impedimento de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos;

**10.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:**

**10.3.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**10.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**10.3.3.** Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.3.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**10.3.5.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

**11.2.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**11.2** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**11.3** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**11.4** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**11.5** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**11.6** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTOR DO CONTRATO**

**12.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**12.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**12.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**12.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**12.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE**

**13.1.** Será admitido o reajuste do valor, conforme o Decreto nº 12343/2024. .

## **14. CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1** A contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO, informando-lhe que existe o seguinte crédito orçamentário específico para a realização de tal despesa:

01.031.0001.2003 – Manutenção de atividades administrativa da Câmara Municipal

Natureza de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.000 outros serviços de terceiros – Pessoa Jurdica

Fonte 150000000000000- Recursos Próprios

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

**17.1.** O CONTRATADO se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado de cada item do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO**

**18.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do CONTRATADO assegurará ao CONTRATANTE o direito a extinção do contrato nos termos do art. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES**

**19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.2.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada a necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**AV. ANA MARIA DE JESUS, S/Nº - CENTRO | CEP: 77480-000 | ALVORADA-TO**  
**CNPJ: 25.043.332/0001-84 | TELEFONE: (63) 3353-1306 | EMAIL: alvoradacamara@hotmail.com**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**19.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91 da Lei Federal nº 14.133, de 1º abril de 2021, bem como no Diário Oficial do Estado ou Diário Oficial da Câmara Municipal de Alvorada/TO.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Alvorada, estado do Tocantins, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com a presença das testemunhas abaixo.

Alvorada/TO, XX de XXX de 20XX5.

**DOUGLAS MENGONI DA SILVA**

Presidente  
Contratante

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Contratada

### **TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO**

## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

#### DISPENSA Nº 002/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para publicação de matérias institucionais no site da web, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alvorada/TO.

#### DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

Endereço: (completo) CEP: Cidade: Estado: CNPJ Nº:

Inscrição Estadual nº:

Telefone: (xx) e-mail:

#### DADOS BANCÁRIOS:

BANCO \_\_\_\_\_ AGÊNCIA \_\_\_\_\_ C/C \_\_\_\_\_  
OPERAÇÃO \_\_\_\_\_

#### DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA CONTRATO:

Nome Completo:

Nacionalidade: Estado Civil:

Profissão:

CPF nº Carteira de identidade (nº e órgão expedidor): Residência e Domicílio: (completo)

Telefone: (xx) e-mail:

Prezada Senhora,

Apresentamos Proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS NO SITE DA WEB, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO**, em conformidade com as especificações contidas no Aviso de Dispensa nº 002/2025.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Aviso de

**AV. ANA MARIA DE JESUS, S/Nº - CENTRO | CEP: 77480-000 | ALVORADA-TO  
CNPJ: 25.043.332/0001-84 | TELEFONE: (63) 3353-1306 | EMAIL: alvoradacamara@hotmail.com**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

Dispensa nº 002/2025/ADM bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos de fornecimento do objeto, tais como: encargos, taxas, tributos, seguros, contribuições sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, transportes, entrega, descarregamento, embalagens, licenças, despesas com frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do objeto a ser contratado, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, inclusive em caso de divergência entre os valores unitário e total.

Valor total da Proposta R\$ XXXX (XXXXXX-).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: (Não inferior a 60 dias).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

DA ENTREGA: O prazo para a entrega do produto é de 02 (dois) dias, após ordem de fornecimento.

Declaração de que compreendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Cidade-UF, aos xxxxxxxx dias do mês de xxxxxxxx de 20xx.

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO**

## **ANEXO V- MODELO**

### **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

[Razão Social da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), nome fantasia, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado], neste ato representado pelo [cargo] [nome do representante], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado;

**DECLARA**, que recebeu o Aviso de Dispensa nº 002/2025 e seus Anexos, tendo pleno conhecimento dos elementos constantes no referido Aviso de Dispensa, no que tange às condições gerais e peculiaridades estabelecidas quanto a execução do objeto conforme especificações determinadas, estando Habilitada e se responsabilizando integralmente quanto a execução do objeto de acordo com o exigido.

**DECLARA**, ainda está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Cidade-UF, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ 2025.

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**  
**Nome, Função na Empresa**  
**e Assinatura do Representante Legal**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025** **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO**

### ANEXO VI- MODELO

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

[Razão Social da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), nome fantasia, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado], neste ato representado pelo [cargo] [nome do representante], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado;

DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

Cidade-UF, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ 2025.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
Nome, Função na Empresa  
e Assinatura do Representante Legal



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025** **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO**

### **ANEXO VII- MODELO DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO ME/EPP/MEI**

[Razão Social da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), nome fantasia, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado], neste ato representado pelo [cargo] [nome do representante], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado;

**DECLARA**, enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Cidade-UF, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ 2025.

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**  
Nome, Função na Empresa  
e Assinatura do Representante Legal



# CÂMARA MUNICIPAL DE **ALVORADA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA °002/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025011611005**

**EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO**

## ANEXO VIII- MODELO

**DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 16  
DA LEI Nº 14.133, DE 2021.**

**(SOMENTE PARA O FORNECEDOR ORGANIZADO EM COOPERATIVA).**

[Razão Social da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), nome fantasia, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado], neste ato representado pelo [cargo] [nome do representante], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado;

**DECLARA**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Cidade-UF, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ 2025.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
Nome, Função na Empresa  
e Assinatura do Representante Legal